

A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação¹

Ana Clara Torres Ribeiro*

* Doutora
em Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo.
Professora
do Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano
e Regional (IPPU, UFRJ).
Coordenadora
do Grupo de Trabalho
Desenvolvimento Urbano
do CLACSO.

Desde luego, la hipótesis política que guía este planteo es que el mundo de la vida cotidiana de los oprimidos no es el mero espacio de la reproducción sino que se halla atravesado por múltiples puntos de ruptura con el orden dominante y que, aunque muchas veces contradictorios y parciales, estos puntos de ruptura hacen a la lógica más íntima y permanente de la lucha social

La rebelión del coro
José Nun

A crise societária

As metrópoles latino-americanas condensam consequências sociais do esgotamento da versão periférica do modelo fordista de desenvolvimento e, ainda, de orientações neoliberais responsáveis pelo recuo do Estado no que concerne a sua responsabilidade na implementação de políticas urbanas abrangentes.

Estes espaços, originados da histórica concentração espacial de recursos e marcados por profundas desigualdades sociais, constituem-se em epicentros da crise societária, que ultrapassa, pela abrangência de seus efeitos, aquelas crises identificadas em cada uma das esferas da vida coletiva: família, trabalho ou educação. A crise societária encontra-se subjacente aos apelos, que se repetem na cena urbana, por segurança ou paz (Birman e Leite, 2004), mesmo que a polissemia destes apelos impeça a sua unificação analítica. É ainda esta crise que aparece em atitudes e falas de jovens que, envolvidos com o tráfico de drogas, sabem que as suas vidas serão muito curtas; cabendo, portanto, vivê-las pensando apenas no instante (Fraga e Lulianelli, 2003).

A crise societária corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária. Apesar da relevância destes processos, os seus ângulos mais dolorosos tendem a permanecer ocultos pelo ativismo estimulado pela efervescência consumista. Esta efervescência, que altera o ritmo das grandes cidades, decorre da financeirização da economia urbana, da monetarização de todas as relações sociais e da ênfase, quase exclusiva, em intervenções na materialidade que objetivam o embelezamento de áreas privilegiadas e a circulação confortável para somente alguns segmentos da população urbana.

Apesar da influência do ativismo acomodatório e apaziguador, a crise societária torna-se evidente quando assume a forma de uma violência que era impensável apenas alguns anos atrás e, ainda, quando manifesta-se como individualismo exarcebado, indiferença social e medo (Delumeau et al., 2002). Ao mal estar da civilização (Freud, 1997), soma-se o mal estar produzido pela carência de civilização, que também é carência de urbanidade. Esta carência evidentemente não é nova para

“A crise societária encontra-se subjacente aos apelos, que se repetem na cena urbana, por segurança ou paz, mesmo que a polissemia destes apelos impeça a sua unificação analítica. É ainda esta crise que aparece em atitudes e falas de jovens que, envolvidos com o tráfico de drogas, sabem que as suas vidas serão muito curtas”

as classes populares, muito pelo contrário. Afinal, a civilização, incorporada como *habitus* e traduzida em ideários para a ordem urbana, sempre esteve associada aos segmentos sociais privilegiados (Souza, 2003), cabendo aos demais as sobras do banquete, o ônus do sobretrabalho e a subordinação de seus valores, comportamentos e acervos culturais.

Mesmo reconhecendo-se a relevância desse fenômeno de longa duração, cuja análise é indispensável à compreensão da estratificação social na América Latina (Fernandes, 1977), deve-se afirmar que a crise societária torna a experiência da urbanidade ainda mais inacessível, fantasmagórica e escassa. Carros blindados, aparelhos de vigilância, aumento da população carcerária, expansão da segurança privada, grupos de extermínio, corrupção policial, sobrecarga de imagens alienadas e alienantes, lutas territoriais do tráfico de drogas, domínio das áreas populares por milícias e “donos do pedaço” e, como resultado, a desvalorização da vida transformaram os direitos humanos, mais do que nunca, em fundamento ético de qualquer projeto político que vise a melhoria das condições urbanas de vida. É necessário defender o direito à vida digna para todos, por mais numerosos que sejam, resistindo à influência exercida por discursos que não disfarçam a sua inspiração no darwinismo social.

Socialização e sociabilidade

Neste momento, é a própria sociabilidade que encontra-se em causa (Ribeiro, 2005). Como expressão destas circunstâncias, pensamento dialógico, aceitação de verdades provisórias e tratamento da complexidade tornaram-se, nas últimas décadas, relevantes orientações metodológicas das ciências sociais (Santos, 1987; Pena-Veiga e Nascimento, 1999). Em vez da emergência da condição pós-moderna, estas orientações indicam a procura por caminhos para a construção da vida em sociedade frente ao esgarçamento do tecido social na atual fase do capitalismo, que traz à superfície mazelas geradas por formas pretéritas de exploração e opressão. Uma determinada totalidade social está em crise, e esta crise é mais evidente em sua concreção histórica mais incisiva: a metrópole capitalista.

Apesar da concentração dos impactos da crise societária nos espaços metropolitanos, permanece ativo o impulso ao urbano na América Latina, pelos impactos: da urbanização do campo; da militarização dos conflitos em áreas rurais (Villa Martínez et al., 2003); da relevância dos serviços na nova economia; da transnacionalização de segmentos do território; dos avanços na tecnificação da produção agro-pecuária. Menos do que a atração pelas luzes da grande cidade, tão destacada em anteriores estudos da modernização realizados com apoio na dicotomia urbano x rural, o impulso ao urbano impõe, nesta conjuntura, a reflexão da urbanização genérica da região.

Neste estágio, como proposto por Lefebvre (1969), a urbanização resulta de múltiplos e contraditórios processos. Às grandes concentrações urbanas, impulsionadas por sucessivas ondas modernizadoras, somam-se novas formas urbanas, menos densas e socialmente exclusivas (Goulart, 2006). Ganham destaque, também, cidades de médio porte, que se oferecem para a recepção de unidades produtivas de elevado conteúdo técnico e inscritas na atual divisão internacional do trabalho (Iracheta, 2005). Porém, ainda que enfrentando a desindustrialização e a urbanização dispersa, as metrópoles históricas, pela excepcionalidade das condições que oferecem, preservam parte de sua força de comando das economias nacionais, continuando a exercer a sua função social mais significativa: a de último abrigo, ainda que muito precário, dos mais pobres (Santos, 2005).

O capitalismo encontra, nas grandes cidades dos países periféricos, o seu mais evidente “espelho de feiteira”, isto é, aquela bela representação (ou imagem) que, por ser fruto de acordos ocultos e indizíveis intenções, transforma-se, dependendo do olhar a ela lançado, numa face cruel, sem encanto e assustadora. Caem máscaras, quando crescem as distâncias sociais, a desesperança da juventude, a morte violenta, a falta de serviços públicos, o abandono da infância e da velhice. As rachaduras que hoje multiplicam-se neste espelho, confeccionado com elementos da última expressão do moderno nos países centrais, esclarecem os limites que pautaram a experiência da modernidade na América Latina.

É neste contexto, e frente à crise societária, que as forças políticas que se opõem à fragmentação e à exclusão sociais são confrontadas com o desafio representado pela unidade básica da vida social que, como propôs Norbert Elias (1994), é constituída pelo “eu-nós”. Com esta unidade, que valoriza os vínculos sociais, rompe-se a clássica perspectiva dicotômica indivíduo-sociedade, também tão acionada nos estudos da modernização. O “eu-nós” dialoga com os mistérios da ação espontânea e da gratuidade dos gestos (Godelier, 1996), permitindo o confronto tanto do individualismo -esta ideologia que impede a individualidade- quanto do coletivismo que impossibilita a afirmação de sujeitos sociais plenos, autônomos, com projetos e papéis protagônicos na transformação da vida urbana.

O agravamento da crise societária, em sua capacidade de esclarecer os limites da modernização permitida às sociedades periféricas, tem sido acompanhado, nas grandes cidades da região, pela intensificação dos conflitos sociais. Interrompe-se a circulação urbana e quebra-se o silêncio. Como afirmou José Nun (1989: 22):

En nuestros países, la rebelión del coro viene pugnando fragmentariamente por romper este silencio aquí y ahora, sin esperar “el gran cambio revolucionario” para pedir la palabra. Es natural que los sectores dominantes se la nieguen o se la concedan bajo condiciones que la invalidan. Lo que sería lamentable es que la izquierda persistiese en hacer lo mismo, instalada en la certeza de su discurso verdadero.



© Sebastián Hacher

Diversidade e complexidade

Com a difusão das tecnologias de informação e comunicação, cresce a acessibilidade a imagens do protesto, especialmente quando cumprem exigências do espetáculo (Debord, 1992): plasticidade excepcional (incêndios e explosões), novos rostos e gestos inovadores, lugares e costumes surpreendentes. Este aumento do acesso a informações sobre os conflitos sociais não garante, em si mesmo, a ampliação do número das vozes efetivamente ouvidas e nem, muito menos, o dos protagonistas incorporados às arenas políticas em que são decididos projetos para a vida urbana e, assim, investimentos públicos e privados nos espaços metropolitanos da região.

A defesa de outras vozes é, sem dúvida, uma das mais relevantes dimensões das lutas sociais contemporâneas, como demonstra o Programa de Comunicação Audiovisual do CLACSO. No controle de vozes e em impedimentos ao protagonismo, interfere, além do domínio da mídia por grandes interesses corporativos, a expectativa difusa por uma modernidade externalizada. Para maior clareza do argumento aqui apresentado, acrescenta-se que esta expectativa, cuja satisfação é sempre reprogramada para o futuro,

[ANO VII Nº 21 SEPTIEMBRE-DICIEMBRE 2006]

OSAL27

constitui uma espécie de avatar das sociedades periféricas. Transformada em metaprojeto, cria obstáculos para a afirmação de imaginários democráticos; a valorização dos atores sociais que “estão nas ruas”; a elaboração de outras leituras do desenvolvimento (plurais e dialógicas) e a descoberta de formas igualitárias e fraternas de “estar junto”.

Por esta razão, a modernidade incompleta, parcial, inconclusa ou excludente, reconhecida por tantos analistas, continua justificando a defesa de projetos que têm por objetivo a sua realização sistêmica, mesmo que esta realização seja continuamente adiada. É frente à repetição de frustrações, que agora aparecem como morte anunciada, e, de outro lado, pela eclosão da ação estimulada pela crise societária que torna-se inadiável o reconhecimento da complexidade: tanto como fato, a ser imediatamente aceito, quanto como diretriz do pensamento transformador e em transformação (González Casanova, 2006; Cuervo González, 2003), a ser trabalhada através de mediações transdisciplinares e aproximações tentativas.

Recordando as palavras de José Nun, pode-se perguntar quantos ainda não se indagam sobre quem seria o sujeito de projetos inspirados na lógica formal, enquanto crescem os conflitos territoriais, aumentam o grito e o pranto dos ofendidos e novos atores sociais lutam para serem escutados e compreendidos? Concretamente, além do ativismo acomodatório animado pela ação dominante, tem alcançado visibilidade um outro ativismo, que reúne lutas urbanas e lutas que, com origem noutros espaços, ocorrem no urbano (Unda, 2004; Souza e Rodrigues, 2004), como as dos movimentos indígenas e por acesso à terra rural. Este último tipo de ativismo, de difícil conceituação, tem construído um campo político com fronteiras indefinidas, tendencialmente antagônico à cidade neoliberal.

Em geral, este antagonismo, que pode incluir a rejeição da política e dos políticos, não corresponde diretamente à crítica da cidade capitalista, como nos movimentos sociais

“O campo político formado pelo ativismo insurgente atualiza alguns elementos desse período; porém, com nova composição social e com a radicalidade impulsionada pelas conseqüências da globalização econômica e do neoliberalismo”

urbanos dos anos 60 e 70. Aliás, estes movimentos, além da defesa de suas próprias reivindicações, comungaram com lutas contra a opressão, travadas por outros movimentos relacionados à politização da vida cotidiana. Nesta politização, transparecia a resistência às formas de manipulação das relações sociais que impedem a vivência da liberdade, da justiça e da dignidade. Naquela época, o modo de vida já encontrava-se no centro de conflitos sociais. Iniciava-se, portanto, noutras condições objetivas e subjetivas, a construção da face política da crise da sociedade industrial e de consumo de massa, exigindo a reinvenção de instituições sociais e da própria política.

O campo político formado pelo ativismo insurgente atualiza alguns elementos desse período; porém, com nova composição social e com a radicalidade impulsionada pelas conseqüências da globalização econômica e do neoliberalismo. Desdobram-se os nexos entre local e global, tecendo novos sentidos para os conflitos urbanos. Também eclode a ação fragmentada e imediata, em resistência ao artificialismo dos pactos sociais e expressando a carência de civilização. Esta carência não pode ser considerada exclusiva das sociedades periféricas; pois, também surge em grandes cidades dos países centrais, como exemplificam os protestos da juventude, na França, ao final de 2005. Estes protestos explicitaram, em articulação com as desigualdades sociais, a existência de uma extraordinária lacuna nas trocas intersubjetivas que são indispensáveis a qualquer experiência democrática (Coutinho, 1991).

Há, sim, insurgência contra o modo de vida proposto pela gestão neoliberal da cidade e recusa da exclusão associada à produção da cidade para o mercado. Nesta insurgência, que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea; conquista de territórios e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão. Como disse Milton Santos (2000), uma outra sistematicidade encontra-se em gestação no presente, envolvendo o aprendizado das ruas, a vitalidade dos espaços opacos (1994), novas linguagens e formas de comunicação.

Esta sistematicidade é apenas latente, já que conectada à imanência (Deleuze e Gattari, 1991). Há uma "outra cidade" potencial, indiciada pelo teor dos conflitos urbanos, que não se deixa apreender facilmente por discursos únicos ou por entidades que, atuando "por cima", visem a eficiente unificação política das práticas sociais. Esta sistematicidade, emanada de energias sociais liberadas pelo fracasso de tantos projetos, é de outra natureza. Resiste, sim, aos projetos dominantes para as grandes cidades da região; porém, os conteúdos desta resistência não se limitam à contestação direta destes projetos. Incluem, de forma muito mais larga, a experiência, a criatividade, as conquistas, as vozes e os sonhos de muitos outros.



© Sebastián Hacher

A natureza desta sistematicidade latente é política; mas, de uma política que não se esgota no formalismo jurídico e que envolve a corporificação de direitos. Existe anseio por dignidade, justiça e esperança, que transcende a esfera institucionalizada da vida urbana e, em consequência, as arenas políticas já configuradas. É a legitimidade deste anseio que transparece na dura cobrança feita a governos e governantes, quando distanciam-se de suas origens sociais ou traem compromissos. É ainda esta legitimidade que sustenta, no plano dos valores, tantas formas de mobilização da juventude, nos países centrais e periféricos. Está em curso a reinvenção do próprio tecido social, sustentando novas formas de apropriação do espaço urbano.

Com o reconhecimento da sistematicidade latente, modificam-se a leitura da ação social e os futuros pensáveis. Para a reflexão destes futuros, há um diálogo, ainda a ser feito, entre José Nun, por sua busca de comunicação entre discurso político e “rebelião do coro”, e Milton Santos (2000), por clamar aos analistas para que, juntamente com

praticantes do espaço urbano, confrontem (e superem) as fábulas da globalização. Concluindo com palavras de Norbert Elias (1994: 69):

Será que nossa capacidade de controlar nosso destino, como pessoas em sociedade, é tão insatisfatória assim, simplesmente por sentirmos tanta dificuldade em pensar no que há por trás das máscaras com que nos sufocamos, nascidas do desejo e do medo, e nos vemos como somos?

Bibliografia

Birman, Patrícia e Leite, Márcia Pereira (orgs.) 2004 *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz* (Porto Alegre: Editora da UFRGS).

Coutinho, Carlos Nelson 1991 "Pluralismo: dimensões teóricas e políticas" in *Cadernos ABESS* (São Paulo) Nº 4.

Cuervo González, Luis Mauricio 2003 "Ciudad y complejidad: los rumbos" in Giraldo, Fabio (ed.) *Ciudad y complejidad* (Bogotá: FICA/Ensayo y Error).

Debord, Guy 1992 *La société du spectacle* (Paris: Gallimard).

Deleuze, Gilles e Guattari, Félix 1991 *Qu'est-ce que la philosophie?* (Paris: Les Éditions de Minuit).

Delumeau, Jean et al. 2002 *El miedo: reflexiones sobre su dimensión social y cultural* (Medellín: Corporación Región).

Elias, Norbert 1994 *A sociedade dos indivíduos* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

Fernandes, Florestan 1977 "Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina" in Bernardes Zenteño, Raúl (org.) *As classes sociais na América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Fraga, Paulo e Iulianelli, Jorge Atílio Silva (orgs.) 2003 *Jovens em tempo real* (Rio de Janeiro: DP&A).

Freud, Sigmund 1997 *O mal estar da civilização* (Rio de Janeiro: IMAGO).

Godelier, Maurice 1996 *L'enigme du don* (Paris: Flammarion).

González Casanova, Pablo 2006 *As novas ciências e as humanidades: da academia à política* (São Paulo: Boitempo).

Goulart, Nestor 2006 *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano* (São Paulo: Via das Artes).

Iracheta, Alfonso 2005 "Globalización y territorio: la paradoja mexicana" in Ribeiro, Ana Clara Torres; Tavares, Hermes Magalhães; Natal, Jorge e Piquet, Rosélia (orgs.) *Globalização e território. Ajustes periféricos* (Rio de Janeiro: Arquimedes).

Lefebvre, Henri 1969 *O direito à cidade* (São Paulo: Documentos).

Nun, José 1989 *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común* (Buenos Aires: Nueva Visión).

Pena-Veiga, Alfredo e Nascimento, Elimar Pinheiro do (orgs.) 1999 *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade* (Rio de Janeiro: Garamond).

Ribeiro, Ana Clara Torres 2005 "Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana" in *Cadernos CRH* (Salvador) Vol. 18, Nº 45.

Ribeiro, Ana Clara Torres; Nascimento, Michele e Silva, Thiago Façanha Lofti 2006 "Lutas e território: fragmentação social e interclassismo em metrópoles brasileiras", apresentado ao IX Seminário Internacional da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII), Bahía Blanca, 15-19 de maio.

Santos, Boaventura de Sousa 1987 *Um discurso sobre a ciência* (Porto: Afrontamento).

Santos, Milton 1994 *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (São Paulo: Nobel).

Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record).

Santos, Milton 2005 *A urbanização brasileira* (São Paulo: Universidade de São Paulo).

Souza, Jessé de 2003 *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* (Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ).

Souza, Marcelo Lopes de e Rodrigues, Glauco Bruce 2004 *Planejamento urbano e ativismos sociais* (São Paulo: UNESP).

Unda, Mario 2004 "El nuevo rostro de la conflictividad urbana en Ecuador" in Ribeiro, Ana Clara Torres (comp.) *El rostro urbano de América Latina* (Buenos Aires: CLACSO).

Villa Martínez, Marta Inés; Sánchez Medina, Luz Amparo e Jaramillo Arbeláez, Ana María 2003 *Rostros del miedo: una investigación sobre miedos sociales urbanos* (Medellín: Corporación Región).

Nota

1 Este texto retoma elementos do texto "Lutas e Território: fragmentação social e interclassismo", em co-autoria com Michele Nascimento e Thiago Façanha Lofti Silva, apresentado ao IX Seminário Internacional da Red Ibero-americana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII), ocorrido em Bahía Blanca no período 15-19/5/06. Este texto expressa o trabalho realizado pelo Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio CNPq e FAPERJ.